

◆ *Relatório de* ◆

Gestão

2024



CrediSIS
Primacredi



Impulsionar e crescer.



Nosso propósito é simples, impulsionar o crescimento e o desenvolvimento das pessoas.

Através da cooperação, oferecemos realização aos sonhadores, um caminho para os empreendedores e um suporte para os que desejam trilhar um futuro próspero.

Seu sucesso é o nosso sucesso, e juntos, podemos ir além do que jamais imaginamos.



Pois juntos, podemos desbravar novos horizontes e alcançar níveis que jamais seriam possíveis sozinhos.

Universo de cooperação

Cooperar

é o que

nos move

Queremos um mundo impulsionado pelo poder da união. Onde a solidariedade, a confiança e a colaboração são as forças motivadoras para o crescimento e o desenvolvimento de cada indivíduo.

Faça parte desse universo de cooperação, aqui acreditamos que juntos podemos alcançar o inimaginável.



**cooperar
é o que
nos move**



Conheça os

7

princípios do cooperativismo



1



Adesão livre e voluntária

Qualquer pessoa pode se tornar cooperado de forma livre e voluntária, assumindo responsabilidades.

Liberdade e igualdade entre os membros são pilares que garantem inclusão e participação no cooperativismo.



2



Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto.

As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



3



Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



4



Autonomia e independência

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



5



Educação, formação e informação

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores.

Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



6



Intercooperação

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



7



Interesse pela comunidade

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



Motivação

Vamos mover o mundo, impactar vidas, transformar comunidades e **levar um futuro melhor para todos através da cooperação.**



Para você e sua empresa



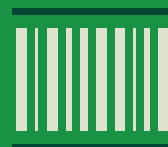
Financiamentos



Empréstimos



Capital de Giro



Boletos



Maquininha



Cartões



Consórcios



Cheques



Aplicações



Seguros



Previdência



Conta Kids



App CrediSIS



Internet Banking



Caixas Eletrônicos



Pix



Mapa de atuação



06 estados · 60 municípios · 11 distritos
13 cooperativas · 81 agências · 88 mil cooperados

Jornada

de TRANSFORMAÇÃO



Juntos, podemos unir forças e construir uma relação forte, onde cada um se torna um mecanismo essencial para o funcionamento da máquina chamada cooperação.

Então, movidos pela cooperação, seremos capazes de enfrentar

desafios, compartilhar conhecimento e transformar sonhos em realidade. Nós podemos construir um mundo melhor.

Junte-se a nós e faça parte dessa jornada de transformação!

Sumário

Cooperar é o que nos move	03
7 princípios do cooperativismo	04
Para você e sua empresa	06
Mapa de atuação CrediSIS	07
Jornada de Transformação	08
Palavra do Presidente	11
Relatório da Administração	12
Evolução dos Resultados	14
Ações Sociais ESG	15
Relatório dos auditores independentes	21
Balanços patrimoniais	23
Demonstrações do resultado	24
Demonstrações do resultado abrangente	24
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	25
Demonstrações dos fluxos de caixa	27
Notas explicativas às demonstrações financeiras	29
1. Contexto operacional	29
2. Apresentação das demonstrações financeiras	30
2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação	30
2.2 Continuidade dos negócios	34
3. Resumo das principais práticas contábeis	34
4. Caixa e equivalentes de caixa	38
5. Títulos e valores mobiliários	38
6. Relações Interfinanceiras	38
7. Operações de Crédito	39
8. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	40
9. Outros ativos financeiros	40
10. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	40
11. Outros ativos	40
12. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	41
13. Depósitos	41
14. Recursos de aceite e emissão de títulos	42
15. Relações Interfinanceiras	42
16. Obrigações por empréstimos e repasses	42
17. Outros passivos financeiros	42
18. Provisões	42
19. Obrigações fiscais correntes e diferidas	43
20. Outros Passivos	43
21. Patrimônio líquido	43
22. Receitas de operações de crédito	44
23. Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas	45
24. Dispendios e despesas de pessoal	45
25. Outros dispendios e despesas administrativas	45
26. Outros ingressos e receitas operacionais	45
27. Outros dispendios e despesas operacionais	46
28. Outras receitas e despesas	46
29. Resultado não recorrente	46
30. Partes relacionadas	46
31. CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	47
32. Índice de Basileia	48
33. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	48
34. Seguros contratados	49

| Parecer Conselho Fiscal

Nós abaixo assinados, MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL da CREDISIS PRIMACREDI COOPERATIVA DE CRÉDITO, CNPJ no 26.563.270/0001-02, constituída em 26.11.1990, estabelecida na Avenida Cuiabá, 653, Cidade Primavera I, nesta Cidade de Primavera do Leste, neste Estado e em cumprimento às disposições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, elaborado pela empresa Bauer Auditores Associados, sem ressalva, julgamos que os referidos documentos refletem a integridade da posição Patrimonial e Financeira da Cooperativa, com base nos dados de 31.12.2024. Somos de parecer favorável pela aprovação das contas do exercício de 2024.

Primavera do Leste/MT, 10 de março de 2025.

Salustiano Lourenço de Lima Neto
Coordenador

Edson Zelenski
Secretário

Othavio Augustto Polato e Palmeira
Membro Efetivo

Alexsandro Trampusch
Membro Suplente

Palavra do Presidente



Ao final de mais um ano, é com grande satisfação que compartilho com todos o resultado de um trabalho conjunto, dedicado e comprometido com o bem-estar de nossa comunidade. A cada passo, buscamos promover a sustentabilidade, gerando impactos positivos e transformadores para as famílias que fazem parte da nossa cooperativa.

Em 2024, dedicamo-nos intensamente ao treinamento e à formação de pessoal, pois, com a nossa expansão, a necessidade de contar com profissionais capacitados tornou-se ainda mais crucial. Outro ponto importante foi a reorganização de nossas carteiras, tanto de captação quanto de empréstimos, com o objetivo de garantir o enquadramento dos índices e assegurar melhorias e segurança nas operações.

Foi um ano atípico, que demandou o esforço conjunto de CONSAD e DIREX para alcançar as metas estabelecidas. E, ao analisarmos o cenário financeiro, destacamos que nossa cooperativa se sobressaiu, apresentando um crescimento superior ao do mercado e obtendo sobras

significativas.

Em 2025, vamos comemorar, com orgulho, 35 anos de existência, sempre fiéis à nossa missão de promover prosperidade econômica e social através da cooperação. Nestes 35 anos, construímos um legado baseado em valores sólidos, como colocar o cooperado em primeiro lugar, garantir credibilidade em todas as nossas ações, praticar simplicidade com inovação, promover a melhoria contínua e adotar um alto padrão de profissionalismo em todas as nossas atividades. Estes princípios têm sido essenciais para o nosso crescimento e para o impacto positivo que geramos em nossa comunidade.

A sustentabilidade, seja ambiental, econômica ou social, continua sendo um pilar essencial das nossas ações. Estamos profundamente empenhados em garantir que nosso crescimento não seja apenas uma conquista para a cooperativa, mas um benefício real para todos aqueles que confiam em nosso trabalho e valores. O impacto positivo que geramos ao longo deste ano reflete-se em cada ação, em cada projeto implementado, e na forma como nos unimos para enfrentar desafios e alcançar resultados. Estamos construindo um futuro mais próspero, onde todos têm voz e vez, e onde cada cooperado é protagonista dessa jornada.

Nosso compromisso com a comunidade é inegociável e seguirá sendo a base de todas as nossas decisões. Temos a certeza de que, juntos, somos mais fortes e podemos continuar a fazer a diferença na vida das famílias que participam do nosso trabalho e esforço coletivo.

Agradecemos a todos pela confiança e pela parceria. Que possamos seguir, cada vez mais unidos, firmes no propósito de construir um futuro mais sustentável e com impactos reais na vida das pessoas.

Jorge Francisco Mira

Presidente CrediSIS Primacredi

Relatório da Administração

Exercício 2024

O exercício de 2024 foi caracterizado por um cenário econômico-financeiro instável, repleto de oportunidades e desafios. No entanto, a CREDISIS PRIMACREDI manteve seus objetivos estratégicos, fundamentados nos seguintes pilares:

- **Mercado e Cooperados**
- **Perenidade Financeira**
- **Tecnologia e Processos**
- **Aprendizado e Crescimento**

A Diretoria Executiva apresenta o fechamento Econômico-Financeiro do ano de 2024. Durante o período, dobramos o número de cooperados, alcançando a marca de 22.453, o que representa um crescimento de 109%. Além disso, abrimos dois novos escritórios de negócios nos municípios de Querência e Rondonópolis, e inauguramos uma agência moderna e espaçosa em Água Boa, com o objetivo de oferecer um atendimento ainda mais qualificado aos nossos cooperados da cidade e região.

O resultado do ano foi de R\$ 28 milhões em sobras, representando um crescimento de 12% em relação ao ano anterior. Além disso, alcançamos a marca de R\$ 1 bilhão na Carteira de Crédito. Destacamos também a evolução de outros indicadores financeiros que contribuíram para a obtenção desse resultado:

INDICADORES	2024
Cooperados	109%
Ativos Totais	31%
Carteira De Crédito	52%
Patrimônio Líquido	21%
Resultado	12%

O compromisso da CREDISIS PRIMACREDI com a comunidade e a sustentabilidade foi refletido em diversas ações ao longo do ano, que impactaram positivamente as famílias e fortaleceram o vínculo com nossos cooperados. Buscamos, sempre, promover melhorias que gerem valor tanto para os indivíduos quanto para o desenvolvimento social e econômico local.

Entre as principais melhorias realizadas, destacamos a atualização do layout do aplicativo e do internet banking, proporcionando uma experiência mais intuitiva e eficiente para nossos usuários. Também implementamos o pagamento por lote (CNAB 240) e reestruturamos o atendimento digital, com o objetivo de tornar nossos serviços ainda mais acessíveis e ágeis..

Reconhecemos que um bom atendimento começa com um time forte e comprometido. Por isso, investimos na qualificação técnica e no fortalecimento de nossa cultura organizacional. O quadro de colaboradores cresceu 4%, passando de 177 para 185, o que reflete o nosso esforço contínuo para oferecer um atendimento de excelência, alinhado aos valores de nossa cooperativa.

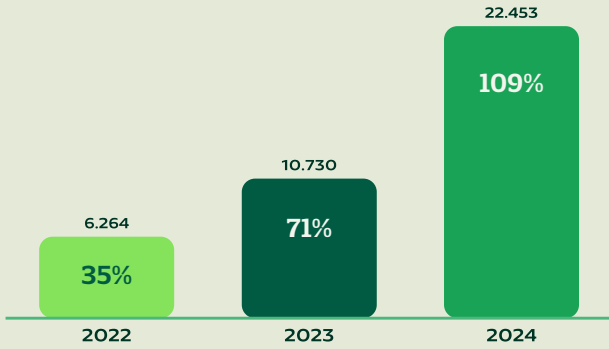
A PRIMACREDI CrediSIS, apresenta crescimento significativo nas mais variadas modalidades de produtos e serviços.

MEIO DE PAGAMENTO	2023	2024	CRESCIMENTO
Chavex PIX	3.906	11.045	183%
Boletos Emitidos	233.627	294.686	26%
Cartões de Crédito	3.117	6.155	97%

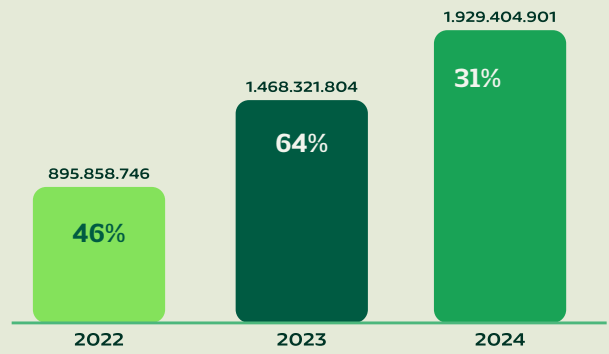
A CREDISIS PRIMACREDI demonstrou uma notável capacidade de adaptação e resiliência frente aos desafios ao longo do ano, ajustando suas estratégias quando necessário, mas sempre mantendo o foco em seus objetivos estratégicos. As ações e os resultados alcançados reforçam o alinhamento da cooperativa com sua missão, visão e valores institucionais, destacando sua credibilidade e compromisso não apenas com os cooperados, mas também com a comunidade e a sociedade. Esse compromisso reflete nosso engajamento em promover um impacto positivo e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento das famílias e das comunidades onde estamos presentes.

Evolução dos Resultados

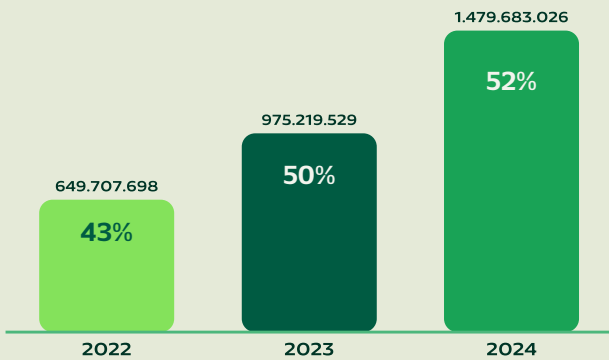
COOPERADOS



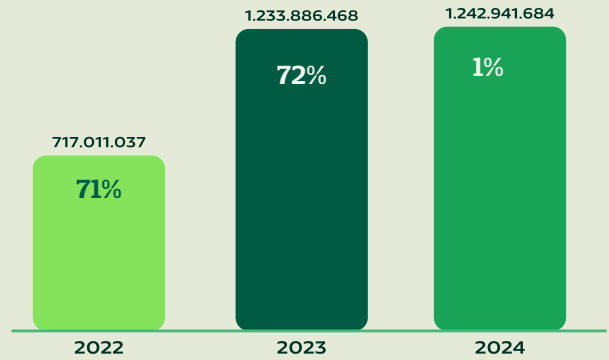
ATIVOS TOTAIS



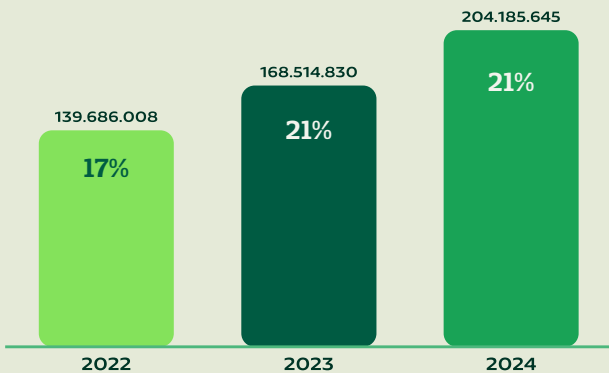
CARTEIRA DE CRÉDITO



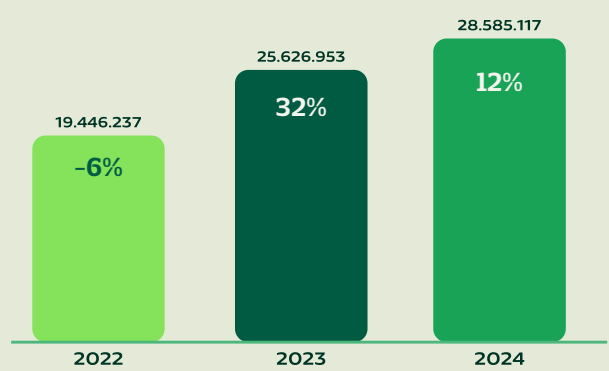
CAPTAÇÃO (DEPÓSITOS + LCA)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO



RESULTADO



| Ações Sociais ESG

Nosso compromisso Social com as regiões onde atuamos

Nossa essência está em compromissos com a sustentabilidade promovendo ESG desde a nossa origem em 1990.

A CREDISIS PRIMACREDI, na sua função de intermediadora de recursos entre os diversos segmentos da sociedade em que está inserida, desempenha um papel crucial no direcionamento de capital para projetos e iniciativas que promovem o desenvolvimento sustentável, impactando positivamente na comunidade em que atua.

Com um compromisso sólido com o desenvolvimento regional, a CREDISIS PRIMACREDI adota uma abordagem centrada no cooperado, na comunidade e no quadro de pessoal, promovendo um impacto direto e positivo muito além da área de atuação, mas diretamente nas famílias em que passamos a fazer parte. A cooperativa contribui para o fortalecimento do comércio regional e a prosperidade econômica e financeira, visando impulsionar a inclusão social e o bem-estar coletivo, proporcionando experiências e criando oportunidades de negócios sustentáveis que beneficiam todo o setor.

No que diz respeito à sustentabilidade, por meio de práticas e objetivos que incluem:

1. Usinas solar com recursos próprios: através de incentivos financeiros fomentamos a disseminação da energia sustentável, com taxas diferenciadas aos nossos cooperados, proporcionamos redução dos custos com energia convencional, oportunidade de ampliação na implementação de diversos equipamentos tecnológicos e, a satisfação da comunidade em perceber o compromisso da CREDISIS PRIMACREDI em contribuir com um planeta mais sustentável, comprometida com o futuro das nossas gerações.
2. ESG, princípios que está inserido desde a existência das primeiras cooperativas, que corresponde às iniciais de Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança, em português), reflete um conjunto de valores que se alinha de forma natural ao modelo de negócios cooperativista e a essência fundamental que carrega. Ao adotar uma abordagem centrada no coletivo, o cooperativismo já incorpora em sua origem esses aspectos de responsabilidade ambiental, social e de governança. Essa relação intrínseca está presente no DNA e no propósito da CREDISIS PRIMACREDI, que segue esses princípios com dedicação.
3. Buscar o aprimoramento constante na gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos, por meio do monitoramento baseado em informações técnicas de avaliação, assessorando e disponibilizando aos cooperados recursos para minimizar esses tipos de riscos.
4. Esta cooperativa, comprometida primeiramente com Primavera do Leste/MT, desde a sua fundação, promove hoje, em toda a sua área de extensão desde o sul do Mato Grosso até o Vale do Araguaia, a cultura consolidada nos princípios do Cooperativismo, incentivando, por meio do exemplo, que mais empresas tenham interesse pela comunidade, promovam a melhoria contínua, e tenham comprometimento em ser sustentável e responsáveis pela região em que operam.

Dentro desse contexto, empenhamo-nos ativamente para promover a transformação social, por meio de ações do Programa Social que abrangeram diversos contextos, com o objetivo de beneficiar a educação, formação e informação, a intercooperação, a fauna, a flora, os animais domésticos, os impactos ambientais, permitindo que pessoas de todas

as idades vejam o nosso compromisso com a sociedade.

Nesse quesito, foram investidos 3,1 milhões nos programas desenvolvidos pela CREDISIS PRIMACREDI.



Projeto Mãe Cidinha – Primavera do Leste/MT: Iniciativa voltada para o fomento da intercooperação, inclusão social e valorização da cultura local, com o propósito de disseminar os princípios do cooperativismo, fortalecendo a união comunitária e promovendo o desenvolvimento social e cultural da região.



Destinação dos recursos arrecadados em ação beneficente, com o objetivo de apoiar o Hospital do Câncer de Cuiabá/MT, contribuindo para o financiamento de tratamentos e melhorias na infraestrutura da instituição, além de promover a conscientização sobre a importância do apoio à luta contra o câncer.



Realização de doação de cestas básicas ao C.A.C.C (Centro de Apoio ao Combate ao Câncer), com o objetivo de oferecer suporte alimentar a pacientes em tratamento e suas famílias, promovendo a assistência social e humanitária a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Implementação da Brinquedoteca na Feira Municipal de Campo Verde/MT, promovendo o engajamento da comunidade, o fortalecimento da agricultura familiar e a participação ativa do quadro de colaboradores.



Realização da Carneirada Rotary, evento beneficente organizado pelo Rotary, com o objetivo de arrecadar fundos para projetos sociais, promover a integração da comunidade e apoiar causas locais, visando a melhoria da qualidade de vida de famílias em situação de vulnerabilidade.



Realização da Feijoada em apoio à A.M.A (Associação dos Amigos dos Autistas), evento solidário com o objetivo de arrecadar fundos para o apoio e desenvolvimento de programas de atendimento a pessoas com autismo, além de promover a conscientização sobre o tema e incentivar a inclusão social.

Doação de cestas básicas à Catedral São Cristóvão, em Primavera do Leste/MT, com o objetivo de apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social e contribuir para a promoção de bem-estar e solidariedade na comunidade local.



Realização de sorteio de bicicletas em escolas de Gaúcha do Norte/MT, com o objetivo de incentivar a mobilidade, promover a prática de atividades físicas e contribuir para o desenvolvimento educacional e social das crianças da região.

Campanha de Conscientização do Outubro Rosa, realizada em parceria com o Centro de Apoio ao Combate ao Câncer, com o objetivo de promover a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama, além de oferecer informações, apoio e sensibilizar a comunidade sobre a importância do cuidado com a saúde.



Realização da Corrida Novembro Azul com o objetivo de arrecadar cestas básicas, promovendo a conscientização sobre a saúde masculina e o apoio a comunidades carentes, em Primavera do Leste/MT.

Organização de campeonato de futebol em Gaúcha do Norte/MT, com a entrega de kits de higiene e serviços de corte de cabelo gratuito, promovendo a integração comunitária e o bem-estar social.





Realização de um bate-papo interativo com as crianças em uma escola de Poxoréu/MT, abordando conceitos básicos de educação financeira, como o valor do dinheiro, o planejamento de gastos e a importância de poupar. O objetivo foi proporcionar às crianças uma compreensão inicial sobre práticas financeiras responsáveis, estimulando o desenvolvimento de hábitos saudáveis para o futuro.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

CREDISIS PRIMACREDI - COOPERATIVA DE CRÉDITO
Primavera do Leste - MT

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da CREDISIS PRIMACREDI - COOPERATIVA DE CRÉDITO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de

fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte – MG, 10 de março de 2025.

MÁRIO ORLANDO BAUER

Contador Responsável – CRC/RS 017883/O-T-MG

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

CRCMG 6427

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Em reais.

Ativo	NOTA	2024	2023
Disponibilidades	4	1.536.606	715.542
Instrumentos financeiros		1.889.080.491	1.427.472.970
Títulos e valores mobiliários	5	30.515.585	189.594.828
Relações interfinanceiras	6	363.888.735	257.501.943
Operações de crédito	7	1.479.683.026	975.219.529
Outros ativos financeiros	9	14.993.145	5.156.670
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(48.197.151)	(39.740.119)
Ativos fiscais correntes e diferidos	10/11	26.629	12.000
Outros ativos	11	28.480.990	22.491.064
Imobilizado de uso	12	72.024.742	68.651.830
Intangível	12	699.309	559.085
(-) Depreciações e amortizações	12	(14.246.715)	(11.840.568)
Total do Ativo		1.929.404.901	1.468.321.804
Passivo	NOTA	2024	2023
Depósitos	13	703.332.791	571.742.930
Demais instrumentos financeiros		999.014.108	716.854.574
Recursos de aceite e emis. de títulos	14	539.608.893	662.143.537
Relações interfinanceiras	15	319.816.459	-
Obrigações por empréstimos e repasses	16	114.519.094	23.905.307
Outros passivos financeiros	17	25.069.662	30.805.730
Provisões	18	674.731	219.269
Obrigações fiscais correntes e diferidas	19	1.383.787	1.303.423
Outros passivos	20	20.813.839	9.686.778
		1.725.219.256	1.299.806.974
Patrimônio líquido	21		
Capital social		121.129.932	96.820.869
Reservas de sobras		67.745.036	53.513.422
Sobras ou perdas acumuladas		15.310.677	18.180.539
		204.185.645	168.514.830
Total do passivo e patrimônio líquido		1.929.404.901	1.468.321.804

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeira.

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Em reais.

		2024	2023
	NOTA	2º semestre	Exercício
Ingressos e receitas da intermediação financeira		135.973.979	249.594.468
Operações de crédito	22	121.487.717	219.240.204
Ingressos de depósitos intercooperativos		14.451.378	27.659.967
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		-	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		34.884	2.694.297
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		(90.449.608)	(169.787.688)
Operações de captação no mercado		(58.012.841)	(116.328.134)
Operações de empréstimos e repasses		(19.128.389)	(23.009.177)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(13.308.378)	(30.450.377)
Resultado bruto da intermediação financeira		45.524.371	79.806.780
Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais		(25.053.547)	(53.897.117)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	23	5.692.266	9.436.648
Rendas de tarifas	23	70.201	147.149
Dispêndios e despesas de pessoal	24	(16.565.121)	(32.996.121)
Outros dispêndios e despesas administrativas	25	(21.952.938)	(42.010.652)
Dispêndios e despesas tributárias		(18.499)	(51.818)
Outros ingressos e receitas operacionais	26	7.972.318	11.991.792
Outros dispêndios e despesas operacionais	27	(251.774)	(414.115)
Resultado operacional		20.470.824	25.909.663
Outras receitas e despesas	28	(480.595)	(434.105)
Sobras antes da tributação e participações		19.990.229	25.475.558
Imposto de renda e contribuição social		(52.751)	(63.707)
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(29.443)	(34.921)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(23.308)	(28.786)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital		19.937.478	25.411.851
Juros ao capital		(298.740)	(564.606)
Sobras do período antes das destinações		19.638.738	24.847.245

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Em reais.

	2024	2023
	2º semestre	Exercício
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	19.937.478	25.411.851
Total do resultado abrangente	19.937.478	25.411.851

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 2º Semestre de 2024. Em reais.

	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reserva legal	Reservas Estatutárias	Reserva para Expansão	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
Saldos em 01/01/2023	84.830.681	-	9.974.221	16.279.246	12.447.176	16.154.684	139.686.008
Ajustes de exercícios anteriores						(230.152)	(230.152)
Ao capital	6.302.868					(6.302.868)	-
Ao FATES						(807.734)	(807.734)
Outras destinações das sobras do exercício anterior				8.885.076		(8.885.076)	-
Capital a Pagar						(159.006)	(159.006)
Outros eventos/reservas LC 196			203.035				203.035
Por Subscrição/realização	7.859.897						7.859.897
Por devolução (-)	(2.344.781)						(2.344.781)
Estorno de capital	(284.968)						(284.968)
Transferência de reservas			22.609.680	(10.162.504)	(12.447.176)		-
Outros eventos de resultados abrangentes						25.393.528	25.393.528
Juros sobre o capital próprio, líquido	457.172						457.172
Reserva legal			2.516.338			(2.516.338)	-
Outras destinações das sobras do período				3.208.330		(3.208.330)	-
FATES - Atos cooperativos						(1.258.169)	(1.258.169)
Saldos em 31/12/2023	96.820.869	-	35.303.274	18.210.148	-	18.180.539	168.514.830
Ajustes de exercícios anteriores						5.119	5.119
Ao capital	7.152.539					(7.152.539)	-
Ao FATES						(1.818.054)	(1.818.054)
Reserva de Estabilidade Econômico-Financeira				7.272.216		(7.272.216)	
Sobras não pagas						(119.677)	(119.677)
Outros eventos/reservas						(1.818.054)	(1.818.054)
Por Subscrição/realização	22.098.892	2.078.142					24.177.034
Por devolução (-)	(5.498.190)	(2.078.142)					(7.576.332)
Reversões de FATES						3.168.148	3.168.148
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital						25.411.851	25.411.851
Provisão de juros sobre o capital próprio						(564.606)	(564.606)
Juros sobre o capital próprio, líquido	555.822						555.822
Reserva legal			2.783.759			(2.783.759)	-
Reserva de Estabilidade Econômico-Financeira				4.175.639		(4.175.639)	-
Fundo de Reserva de Investimentos Estratégicos						(2.783.759)	(2.783.759)
FATES - Atos cooperativos						(2.783.759)	(2.783.759)
FATES - Atos não cooperativos						(182.918)	(182.918)
Saldos em 31/12/2024	121.129.932	-	38.087.033	29.658.003	-	15.310.677	204.185.645

Continua...

...continuação

	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reserva legal	Reservas Estatutárias	Reserva para Expansão	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
Saldos em 01/07/2024	113.689.669	-	35.303.274	25.482.364	-	5.208.506	179.683.813
Ajustes de exercícios anteriores						5.119	5.119
Por Subscrição/realização	8.484.546						8.484.546
Por devolução (-)	(1.600.105)						(1.600.105)
Reversões de FATES						3.168.148	3.168.148
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital						19.937.478	19.937.478
Provisão de juros sobre o capital próprio						(298.740)	(298.740)
Juros sobre o capital próprio, líquido	555.822						555.822
Reserva legal			2.783.759			(2.783.759)	-
Reserva de Estabilidade Econômico-Financeira				4.175.639		(4.175.639)	-
Fundo de Reserva de Investimentos Estratégicos						(2.783.759)	(2.783.759)
FATES - Atos cooperativos						(2.783.759)	(2.783.759)
FATES - Atos não cooperativos						(182.918)	(182.918)
Saldos em 31/12/2024	121.129.932	-	38.087.033	29.658.003	-	15.310.677	204.185.645

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Em reais.

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobras ou perdas antes da tributação e participações	19.990.229	25.475.558	25.857.105
Ajuste de exercícios anteriores	5.119	5.119	(230.152)
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	13.308.378	30.450.377	16.599.393
(Ganho)/perdas por baixas de imobilizado	20.951	(2.344.413)	-
Depreciações e amortizações	2.119.962	4.046.407	4.234.291
Sobras ou perdas antes da tributação e participações ajustado	35.444.639	57.633.048	46.460.637
(Aumento) redução em ativos operacionais			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	115.917
Títulos e valores mobiliários	(3.982.328)	(5.116.256)	112.413
Relações interfinanceiras	771.281	2.207	(6.327)
Operações de crédito	(187.523.035)	(527.026.083)	(338.572.879)
Outros ativos financeiros	(9.152.016)	(9.267.234)	177.987
Ativos fiscais correntes e diferidos	(6.230)	(14.629)	(12.000)
Outros ativos	2.718.250	(5.989.926)	(16.447.777)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos	109.852.049	131.589.861	181.961.376
Recursos de aceite e emissão de títulos	(153.613.079)	(122.534.644)	334.914.054
Relações interfinanceiras	294.105.744	319.816.459	-
Obrigações por empréstimos e repasses	29.721.339	90.613.787	17.172.827
Outros passivos financeiros	19.067.667	(5.736.068)	30.274.111
Provisões	401.011	455.462	6.725
Obrigações fiscais correntes e diferidas	397.663	80.364	(1.070.242)
Outros passivos	3.331.091	10.562.455	(20.088.192)
Destinação de sobras exercício anterior ao FATES	-	(1.818.054)	(807.734)
Utilização FATES do exercício	3.168.148,00	3.168.148	
FATES - Atos cooperativos	(2.783.759)	(2.783.759)	(1.258.169)
FATES - Atos não cooperativos	(182.918)	(182.918)	-
Fundo de Reserva de Investimentos Estratégicos	(2.783.759)	(2.783.759)	
Imposto de renda	(29.443)	(34.921)	-
Contribuição social	(23.308)	(28.786)	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	138.899.007	(69.395.246)	232.932.727
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(1.012.436)	(2.668.759)	2.395.156
Aquisição de intangível	(13.813)	(140.224)	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(1.026.249)	(2.808.983)	2.395.156
Atividades de financiamentos			
Aumento por novos aportes de capital	8.484.546	24.177.034	7.859.897
Devolução de capital à cooperados	(1.600.105)	(7.576.332)	(2.344.781)
Estorno de capital	-	-	(284.968)
Distribuição de sobras para associados	-	-	(159.006)
Juros sobre o capital próprio, líquido	555.822	555.822	457.172
Sobras não pagas	-	(119.677)	-
Outros eventos/reservas	-	(1.818.054)	203.034
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	7.440.263	15.218.793	5.731.348

Continua...

...continuação

	2024	2023	
	2º semestre	Exercício	Exercício
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	145.313.021	(56.985.436)	241.059.231
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	220.388.750	422.687.207	181.627.976
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	365.701.771	365.701.771	422.687.207
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	145.313.021	(56.985.436)	241.059.231

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
Em reais.

1. Contexto operacional

A CredisSIS Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste, fundada em 26 de novembro de 1990, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 18 de fevereiro de 1991, através do registro sob nº 26.563.270/0001-02.

A Cooperativa está sediada na Avenida Cuiabá, nº 653, Cidade Primavera I, em Primavera do Leste estado de Mato Grosso e tem sua área de ação nos municípios de Primavera do Leste Água Boa, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Taquari, Araguaiana, Araguainha, Barra do Garças, Bom Jesus do Araguaia, Campinápolis, Campo Verde, Canabrava do Norte, Canarana, Cocalinho, Confresa, Dom Aquino, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Luciara, Nova Brasilândia, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo Santo Antonio, Novo São Joaquim, Paranatinga, Pedra Preta, Planalto da Serra, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Porto Alegre do Norte, Poxoréu, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rondonópolis, Santa Cruz do Xungú, Santa Terezinha, Santo Antônio do Leste, São Felix do Araguaia, São José do Povo, São José do Xingú, São Pedro da Cipa, Serra Nova Dourada, Tesouro, Torixoréu e Vila Rica no Estado de Mato Grosso.

Tem por objetivo proporcionar assistência financeira a seus cooperados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, visando o aumento da eficiência, eficácia e efetividade das atividades dos cooperados e a melhoria da sua qualidade de vida. Prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus cooperados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens. Obter recursos financeiros junto às instituições de crédito oficiais e particulares, através de repasses e refinanciamentos. Captar, somente de cooperados, depósitos sem emissão de certificado; de instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, inclusive por meio de depósitos interfinanceiros, bem como prestar as devidas garantias; receber recursos oriundos de fundos oficiais e, em caráter eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses; nos termos da legislação específica, ter acesso a recursos oficiais para o financiamento das atividades dos cooperados. Aplicar recursos no mercado financeiro, inclusive em depósitos à vista e depósitos interfinanceiros, observadas eventuais restrições legais e regulamentares específicas de cada aplicação. Prestar serviços de cobranças, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, mediante contrato com entidades públicas ou privadas, por conta ou em benefício de cooperados e usuários, observada a regulamentação em vigor. Subscrever e integralizar quotas de capital de Cooperativa Central de Crédito e de bancos cooperativos de crédito, para prover as necessidades de funcionamento da Cooperativa ou de oferecer serviços complementares aos cooperados. Instalar postos de atendimento cooperativo e contratar serviços junto à Cooperativa Central de Crédito e junto a outras instituições financeiras, ou correlatas, para prover as necessidades de funcionamento da Cooperativa de Crédito ou de oferecer serviços complementares aos cooperados. No desenvolvimento do objeto social, a Cooperativa deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional dos cooperados, tendo como base os princípios cooperativis-

tas. Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da indiscriminação religiosa, racial e social. A Cooperativa poderá organizar seu quadro social em grupos ou atividades setoriais, distritais, municipais, regionais, especiais, transitórios ou não, visando promover plena integração dos cooperados à vida societária, são de característica funcional e hierarquicamente, órgão assessores da administração da Cooperativa, sem poderes executivos ou de deliberação, conforme Regimento Interno do Quadro Social.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pelo disposto nas Leis 5.764, de 16.12.1971 e 4.595, de 31.12.1964, e nos artigos 1.093 a 1.096 da Lei 10.406, de 10.1.2002, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil.

Em 08 de Agosto de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social de Cooperativa de Crédito Rural de Primavera do Leste, para Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 03 de fevereiro, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos

a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i. definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii. sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i. a recepção do CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações contábeis;
- ii. a recepção do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação;
- iii. a recepção do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, o qual estabelece critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação de mudança nas políticas contábeis, a mudança nas estimativas contábeis e a retificação de erro;
- iv. a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- v. a recepção do CPC 46 – na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - b) mensurar os passivos:
 - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação.

Consolidação do Cosif no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a Instrução Normativa BCB nº 315, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação dos documentos de constituição das cooperativas e normatizações internas, cujo processo de elaboração já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A implementação da Resolução CMN N° 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual foi analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, crédito e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76.

Adicional a Resolução CMN n.º 4.966/2021, o Banco Central emitiu normas complementares ao tema. A Resolução BCB n° 352/23, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de “SPPJ”), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pela Resolução supracitada, também ocorrerá a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas.

Os pontos mencionados foram publicados pelo Banco Central nos seguintes normativos:

- i. **Resolução BCB n° 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do COSIF;
- ii. **Instrução Normativa BCB n° 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF; e
- iii. **Resolução BCB n° 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do COSIF;
- iv. **Instruções Normativas BCB n° 493 a 500 de 26/07/2024:** define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 foram estudadas pela CrediSIS tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN N° 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Cooperativa, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos.

A implantação da nova normativa ocorreu nas seguintes etapas:

- Etapa 01 (2024): Assessment e Plano de Projeto – Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa.
- Etapa 02 (2024): Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) – Considerando o enquadramento da instituição como S4, o modelo de impairment de ativos

financeiros será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.

- Etapa 03 (2024): Sistemas - Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência R4966) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- Etapa 04 (2024): Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- Etapa 05 (2024): Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- Etapa 06 (2024): Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/21

A CrediSIS realizou simulações durante o segundo semestre de 2024 para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução n.º 4.966/21. De acordo com as simulações efetuadas, espera-se um incremento no valor da perda esperadas associadas ao risco de crédito em função da nova metodologia que leva em conta critérios de perdas esperadas ao invés de perdas incorridas (levando-se em consideração a Resolução BCB 352/23).

A transição para a Resolução CMN n.º 4.966/2021 acarretará, segundo melhores estimativas, uma redução não superior a 2,13% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Abaixo o quadro resumo com os principais impactos esperados com transição da norma:

Ajustes Resolução CMN n.º 4.966/21	% Patrimônio Líquido
Perda de crédito esperada para operações de crédito	2,4935%
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros	0,0003%
Remensuração de ativos em virtude da nova classificação da norma	0,0000%
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	0,3607%
Outros	0,0000%

Os impactos da transição são baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em sobras ou perdas acumuladas na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido.

2.2 Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação e classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. As aplicações interfinanceiras e parte dos títulos e valores mobiliários garantem operações de repasses de recursos de crédito rural e produtos financeiros operados com instituições financeiras oficiais, entre eles, compensação, cartão de crédito e débito e correspondente bancário.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

e) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

g) Investimento

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

h) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

l) Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

m) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o funda-

mento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

o) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

p) Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável. A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito retornou para 15% a partir do dia 1º de janeiro de 2022, conforme Art. 3º, inciso I da Lei 7.689/98, e posteriormente aumenta para 16% com a publicação da Medida Provisória nº 1.115/22 para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

q) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

s) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	1.536.606	715.542
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	280.550	164.476.049
Relações interfinanceiras (nota 6)	363.884.615	257.495.616
	365.701.771	422.687.207

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

5. Títulos e valores mobiliários

		2024	2023
Descrição	De 91 até 360 dias	Total	Total
Títulos de renda fixa	-	-	152.991.401
Cotas de fundos de investimento	280.550	280.550	11.484.648
Participações em cooperativas (i)	30.235.035	30.235.035	25.118.779
	30.515.585	30.515.585	189.594.828

- i. A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

6. Relações Interfinanceiras

	2024	2023
Descrição	Total	Total
Direitos junto ao sistema de liquidação	4.120	6.327
Centralização financeira	363.884.615	257.495.616
	363.888.735	257.501.943

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade

			2024	2023
Descrição	Circulante	Não circulante	Totais	Totais
Empréstimos e direitos creditórios descontados	498.159.702	260.280.683	758.440.385	467.099.402
Financiamentos	24.500.060	35.363.185	59.863.245	47.050.530
Financiamentos rurais	525.596.486	135.782.910	661.379.396	461.069.597
	1.048.256.248	431.426.778	1.479.683.026	975.219.529

b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

				2024	2023
Nível de risco	Provisão %	Vencidas	Vincendas	Totais	Totais
AA	-	-	-	-	-
A	0,5	-	428.722.290	428.722.290	436.428.158
B	1,0	1.432.788	854.566.417	855.999.205	394.064.472
C	3,0	3.803.785	119.520.838	123.324.623	102.753.977
D	10,0	5.583.531	30.583.368	36.166.899	9.100.482
E	30,0	1.426.213	5.042.173	6.468.386	4.395.713
F	50,0	946.130	3.352.443	4.298.573	2.651.014
G	70,0	744.181	2.917.303	3.661.484	2.529.114
H	100,0	6.056.795	14.984.771	21.041.566	23.296.599
		19.993.423	1.459.689.603	1.479.683.026	975.219.529

c) Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	30/06/2024	31/12/2024	31/12/2023
2025	591.430.587	-	118.297.949
2026	136.711.382	208.105.608	60.143.286
2027	76.726.436	117.554.129	28.481.263
2028	48.586.228	70.423.882	10.978.038
2029	26.252.915	34.811.984	718.313
2030	281.362	423.949	152.487
2031	37.083	96.257	-
2032	10.864	10.969	-
	\$80.036.857	431.426.778	218.771.336

d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2024, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 51.003.142 (R\$ 34.192.658 em 2023).

8. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a) Composição por tipo de operação

	2024		2023	
Descrição	Circulante	Não circulante	Totais	Totais
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(32.156.686)	(13.557.764)	(45.714.450)	(37.826.659)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.462.020)	(20.681)	(2.482.701)	(1.913.460)
	(34.618.706)	(13.578.445)	(48.197.151)	(39.740.119)

b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2024	2023
Saldo inicial	(39.740.119)	(30.867.117)
Créditos baixados para prejuízo	21.993.346	7.726.390
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(2.875.047)	(2.064.357)
Reversão de provisão para operações de crédito	1.299.926	589.519
Saldo final	(48.197.151)	(39.740.119)

9. Outros ativos financeiros

	2024		2023	
Descrição	Circulante	Não circulante	Totais	Totais
Avais e fianças honrados (i)	3.128.928	-	3.128.928	2.285.621
Outras rendas a receber	2.341.682	-	2.341.682	59.808
Devedores por compra de valores e bens (ii)	7.914.550	1.271.593	9.186.143	2.494.157
Devedores por depósitos em garantia	336.392	-	336.392	317.084
	13.721.552	1.271.593	14.993.145	5.156.670

i. Trata-se de Cessão de Crédito Cartão

ii. Financiamentos de Ativos Não Financeiros mantidos a venda, recebidos de terceiros.

10. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	2024	2023
Descrição	Totais	Totais
Impostos e Contribuições a Compensar	26.629	12.000
	26.629	12.000

11. Outros ativos

	2024		2023	
Descrição	Circulante	Não circulante	Totais	Totais
Adiantamentos e antecipações salariais	11.701	-	11.701	98.814
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	28.500	-	28.500	52.992
Pagamentos a ressarcir	422.087	-	422.087	55.138

Continua...

...continuação

	2024		2023	
Descrição	Circulante	Não circulante	Totais	Totais
Devedores diversos - País	2.597.740	-	2.597.740	763.643
Material em estoque	315.365	-	315.365	538.429
Ativos não financeiros mantidos para venda - próprios	6.365.209	-	6.365.209	6.365.209
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	14.239.738	4.129.524	18.369.262	14.616.840
(-) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros	(60.000)	-	(60.000)	-
Outros ativos	457.755	-	457.755	11.999
	24.378.095	4.129.524	28.507.619	22.503.64

12. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

			2024	2023	
Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	-	50.668	-	50.668	1.999.190
Instalações	10%	424.433	(202.452)	221.981	264.425
Móveis e equipamentos	10% a 20%	18.495.989	(8.082.206)	10.413.783	10.059.427
Veículos	20%	2.114.320	(479.135)	1.635.185	349.917
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	2.589.932	(204.502)	2.385.430	864.627
Imóveis	4%	48.349.400	(4.763.123)	43.586.277	43.698.967
		72.024.742	(13.731.418\$)	58.293.324	57.236.553
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	20%	699.309	(515.297)	184.012	133.794
		699.309	(515.297)	184.012	133.794
		72.724.051	(14.246.715)	58.477.336	57.370.347

13. Depósitos

	2024		2023	
Descrição	Circulante	Totais	Totais	
Depósitos à vista	123.336.424	123.336.424	168.916.519	
Depósitos a prazo (i)	579.996.367	579.996.367	402.826.411	
	703.332.791	703.332.791	571.742.930	

- i. Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2024, foram registrados R\$ 116.328.134 (R\$ 140.213.234 em 2023) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.933/2021.

14. Recursos de aceite e emissão de títulos

Descrição	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Totais	Totais
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	202.936.864	336.672.029	539.608.893	662.143.537
	202.936.864	336.672.029	539.608.893	662.143.537

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004).

15. Relações Interfinanceiras

Descrição	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Totais	Totais
Repasse interfinanceiros	155.872.936	163.943.523	319.816.459	
	155.872.936	163.943.523	319.816.459	

16. Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Totais	Totais
Empréstimos no País – Outras instituições (i)	94.075.277	–	94.075.277	–
Repasse do País – Instituições oficiais (ii)	6.810.738	13.633.079	20.443.817	23.905.307
	100.886.015	13.633.079	114.519.094	23.905.307

- Operações de empréstimo com a CrediSIS Central, com taxa pós-fixada de 108,47% do CDI e vencimento único para maio/2025.
- Recursos captados para repasse junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

17. Outros passivos financeiros

Descrição	30/06/2024	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em trânsito de terceiros	4.686.288	23.801.563	30.307.396
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	726.231	776.299	498.334
Obrigações por aquisição de bens e direitos	589.476	491.800	–
	6.001.995	25.069.662	30.805.730

18. Provisões

Descrição	2024		2023	
	Não circulante	Totais	Totais	
Provisão para contingências (i)	674.731	674.731	219.269	
	674.731	674.731	219.269	

- Em 31 de dezembro de 2024 a Cooperativa apresenta três processos judiciais em andamento, sendo 1 (um) processo em aberto com a Receita Federal e 2 (dois) na esfera cível classificados como perda provável, discutida na esfera judicial, com valor total de

R\$ 674.731, sobre a qual a administração da cooperativa decidiu, com base na opinião de seu assessor jurídico, constituir provisão no valor de R\$ 674.731.

19. Obrigações fiscais correntes e diferidas

Descrição	2024	2023
Impostos e Contribuições a Recolher	1.383.787	1.303.423

20. Outros Passivos

		2024	2023
Descrição	Circulante	Totais	Totais
Sociais e estatutárias:			
Provisão para participação nos lucros	2.705.432	2.705.432	51.029
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	2.966.677	2.966.677	1.258.169
Fundos voluntários	4.476.813	4.476.813	-
Gratificações e participações a pagar	18.929	18.929	16.807
Sobras a distribuir	66.454	66.454	208.016
Quotas de capital a pagar	2.353.909	2.353.909	2.933.905
	12.588.214	12.588.214	4.467.926
Diversas:			
Provisão para pagamentos a efetuar	4.427.752	4.427.752	5.069.356
Credores diversos no País	3.797.873	3.797.873	149.496
	8.225.625	8.225.625	5.218.852
	20.813.839	20.813.839	9.686.778

- i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

É representado pelas integralizações de 22.453 e 10.730 cooperados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2024, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$22.098.892 (R\$ 7.859.897 em 2023), por meio de integralizações de capital dos associados, o montante de R\$ 7.152.539 (R\$ 6.302.868 em 2023) por meio de distribuição de sobras, e por juros ao capital em 2024 R\$ 555.822 (R\$ 457.172 em 2023), e ocorreram também devoluções e estornos em 2024, no montante de R\$ 5.498.190 (R\$ 2.629.749 em 2023).

O capital social é de R\$ 121.129.932 e de R\$ 96.820.869 em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2024 e de 2023, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2024	2023
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital	25.411.851	25.857.105
Ajustes de exercícios anteriores	5.119	-
Reversões de fundos	3.168.148	-
Juros sobre o capital (i)	(564.606)	(463.576)
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (ii)	(2.783.759)	(2.516.338)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(230.152)
Outras destinações das sobras do período	(6.959.398)	(3.208.330)
FATES - Atos Cooperativos (iii)	(2.783.759)	(1.258.169)
FATES - Atos Não Cooperativos	(182.918)	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	15.310.677	18.180.539

- i. Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2023, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como "Outros dispêndios operacionais", e ajustados.
- ii. 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- iii. 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade.

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08 de março de 2024, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2023 para FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social 10% R\$ 1.818.054; Reserva de Estabilidade Econômico-Financeira 40% R\$ 7.272.216; Fundo de Reserva de Investimentos Estratégicos 10% R\$ 1.818.054; e distribuição de sobras aos cooperados 40% R\$ 7.272.216.

22. Receitas de operações de crédito

	2024		2023	
Descrição	1º semestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de adiantamento a depositantes	990.911	303.493	1.294.404	749.328
Rendas de empréstimos	50.301.972	66.757.652	117.059.624	78.594.643
Rendas de direitos creditórios descontados	4.773.738	4.593.199	9.366.937	7.503.885
Rendas de financiamentos	4.541.698	5.185.358	9.727.056	7.820.246
Rendas de financiamentos rurais	35.190.708	41.274.609	76.465.317	45.873.716
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.953.460	3.373.406	5.326.866	8.962.389
	97.752.487	121.487.717	219.240.204	149.504.207

23. Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas

Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de cobrança	208.589	402.091	296.984
Rendas de serviços prioritários – PF	47.879	103.217	131.335
Rendas de tarifas bancárias – PJ	22.322	43.932	54.757
Rendas de outros serviços	5.483.677	9.034.557	5.733.711
	5.762.467	9.583.797	6.216.787

24. Dispendios e despesas de pessoal

Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de honorários – Conselho Fiscal	(97.428)	(199.092)	(190.224)
Despesas de honorários – Conselho Fiscal e Diretoria	(1.120.277)	(2.273.846)	(2.154.634)
Despesas de pessoal – benefícios	(5.439.554)	(10.596.145)	(7.383.559)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(2.737.776)	(5.584.609)	(4.212.175)
Despesas de pessoal – proventos	(7.006.770)	(13.738.496)	(10.402.717)
Despesas de pessoal – treinamentos	(163.316)	(603.933)	(455.248)
	(16.565.121)	(32.996.121)	(24.798.557)

25. Outros dispendios e despesas administrativas

Descrição	2024		2023
	1º semestre	2º semestre	Exercício
Água, energia e gás	(267.249)	(314.578)	(581.827)
Aluguéis	(520.653)	(722.836)	(1.243.489)
Comunicações	(214.416)	(189.074)	(403.490)
Manutenção, conservação de bens e material	(662.917)	(569.137)	(1.232.054)
Processamento de dados	(992.792)	(1.060.982)	(2.053.774)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(1.362.291)	(1.838.659)	(3.200.950)
Seguros	(181.896)	(111.195)	(293.091)
Serviços do sistema financeiro	(954.372)	(1.194.366)	(2.148.738)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(1.306.916)	(2.307.093)	(3.614.009)
Serviços de vigilância e segurança	(266.269)	(236.588)	(502.857)
Transporte	(461.590)	(431.353)	(892.943)
Viagem no país	(264.780)	(250.259)	(515.039)
Outras despesas administrativas	(1.808.338)	(1.608.600)	(3.416.938)
Rateio despesas da Central (nota 28)	(8.866.790)	(8.998.256)	(17.865.046)
Depreciações e amortizações	(1.926.445)	(2.119.962)	(4.046.407)
	(20.057.714)	(21.952.938)	(42.010.652)

26. Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2024		2023
	1º semestre	2º semestre	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	1.498.545	1.425.049	2.923.594
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	102.144	113.829	215.973

Continua...

...continuação

	2024		2023	
Descrição	1º semestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de Crédito	-	1.033.042	1.033.042	50.806
Sobras e Juros recebidos da CrediSIS Central	-	2.848.400	2.848.400	117.779
Outras rendas operacionais	2.418.785	2.551.998	4.970.783	1.896.028
	4.019.474	7.972.318	11.991.792	2.816.583

27. Outros dispêndios e despesas operacionais

	2024		2023	
Descrição	1º semestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(57.228)	(58.951)	(116.179)	(504.863)
Despesas de atualização de impostos e contribuições	(120)	-	(120)	-
Outras despesas operacionais	(104.993)	(192.823)	(297.816)	(2.884)
	(162.341)	(251.774)	(414.115)	(507.747)

28. Outras receitas e despesas

	2024		2023	
Descrição	2º semestre	Exercício	Exercício	
Receitas não operacionais				
Lucros na alienação de valores e bens	-	3.095	722.800	
Ganhos de capital	1.991	25.917	-	
Outras rendas não operacionais	57.605	146.911	91.872	
	59.596	175.923	814.672	
Despesas não operacionais				
Prejuízos na alienação de valores e bens	(20.000)	(20.000)	-	
Perdas de capital	(26.260)	(31.260)	(3.353)	
Despesas de provisões não operacionais	(60.000)	(60.120)	(364.409)	
Outras despesas não operacionais	(433.931)	(498.648)	(43.058)	
	(540.191)	(610.028)	(410.820)	
	(480.595)	(434.105)	403.852	

29. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2024.

30. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2024	2023
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	17.364.624	15.229.727
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	5.658.761	2.846.292
Patrimônio líquido		
Capital social	1.936.892	1.701.502
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	1.650.458	1.250.845
Dispêndio com captações	(173.902)	(343.025)
Benefícios:		
Honorários	1.152.000	1.010.583
Cédulas de presença	1.016.640	910.588

31. CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a) Atribuições estatutárias

CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

b) Saldos das transações da Cooperativa com a CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

Descrição	2024	2023
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 6)	363.884.615	257.495.616
Outros ativos (nota 9)	2.341.682	-
Ativo não circulante		
Participações em cooperativas (nota 5)	30.235.035	25.118.779
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 15)	155.872.936	-
Passivo exigível a longo prazo		
Relações interfinanceiras (nota 15)	163.943.523	-

Continua...

...continuação

Descrição	2024	2023
Principais operações:		
Ingressos		
Ingressos com intermediação financeira	27.659.967	2.083.856
Outros ingressos e receitas operacionais	2.848.400	-
Dispêndios		
Operações de captação no mercado	(17.631.258)	-
Outros dispêndios e despesas administrativas (nota 24)	(17.865.046)	(5.426.025)
Outros dispêndios e despesas operacionais	(297.816)	(2.884)

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	2024	2023
Patrimônio de referência (PR)	204.000.634	168.380.036
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	1.378.389.639	947.797.286
Índice de Basileia	14,80%	17,77%

33. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

a) Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

b) Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

c) Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d) Risco de Mercado:

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

e) Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

f) Risco de Conformidade:

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

g) Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo:

Este risco inclui a utilização de produtos e serviços para fins de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Com isso, o Sistema CrediSIS mantém estrutura para avaliação destes produtos e serviços, considerando os aspectos de prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sua conformidade com normativos específicos. São mantidos monitoramentos e inspeções das transações realizadas utilizando os serviços de conta do CrediSIS e relatórios gerenciais que permitem a identificação de melhorias na estratégia desta estrutura de gerenciamento.

h) Gestão de Continuidade do Negócio:

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

i) Gerenciamento de Capital:

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

34. Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas

são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Jorge Francisco Mira

Presidente

Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: RO -009276/O-4

Laura Beatriz Gomes da Mota

Diretor responsável pela área contábil



www.credisis.com.br



CredisIS
Primacredi

**cooperar
é o que
nos move**